

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DAYANE MOTA DOS REIS

**SERVIÇO SOCIAL, CAPITALISMO E EMPRESAS: O TRABALHO
DO ASSISTENTE SOCIAL NO SETOR PRIVADO**

VOLTA REDONDA

2020

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**SERVIÇO SOCIAL, CAPITALISMO E EMPRESAS: O TRABALHO
DO ASSISTENTE SOCIAL NO SETOR PRIVADO**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do
UniFoa como requisito à obtenção do título de bacharel
em Serviço Social.

Aluna: Dayane Mota dos Reis

Orientador: Prof. Me. Felipe da Matta de Castro

VOLTA REDONDA

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Dayane Mota dos Reis

Título: Serviço Social, capitalismo e empresas: o trabalho do assistente social
no setor privado

Orientador: Prof. Me. Felipe da Matta de Castro

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helio de Lena Junior

Prof.^a Me. Karin Alves do Amaral Escobar

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida que me concedeu, por me proporcionar perseverança durante toda caminhada, sem Ele nada seria possível. À Ele toda honra e toda glória.

Aos meus pais Claudinéa e Márcio Antônio (In memoriam), obrigada pelo amor incondicional a minha vida, por todo carinho, dedicação e todo esforço para que esse sonho pudesse se realizar. A vocês, pais, não mais do que com justiça, agradeço por esta vitória. Amo vocês com toda força do meu coração!

Ao meu irmão Douglas, obrigada por toda força e palavra de ânimo, e por me fazer ter confiança das minhas decisões, sei que sempre posso contar com você.

A minha avó Maria, obrigada pelo imenso carinho, pelas constantes orações e por me fazer acreditar que tudo daria certo.

Ao meu namorado Hugo, que acima de tudo é um grande amigo, obrigada por todo companheirismo, paciência e incentivo.

A minha amiga Paula, uma das minhas inspirações para trilhar os caminhos do Serviço Social, obrigada pela amizade e por ajudar com sua vasta experiência nesse processo.

Ao meu orientador Felipe, obrigada por toda paciência e pelas valiosas contribuições dadas nesse processo de orientação. Você foi excelente!

Aos mestres, obrigada por toda contribuição com minha formação acadêmica, vocês foram essenciais nessa caminhada com os brilhantíssimos ensinamentos.

Aos meus colegas de curso, obrigada pela oportunidade de convívio, pela ajuda mútua e pela troca de ideias. Foi um prazer compartilhar quatro anos de graduação com vocês.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram e inspiraram na luta por esta conquista, obrigada por sonhar esse sonho junto comigo.

RESUMO

Este estudo se propõe a realizar uma revisão sobre a produção teórica acerca do trabalho do assistente social nas empresas privadas no âmbito da reestruturação produtiva. Seu objetivo consiste em investigar o desenvolvimento da reestruturação produtiva e os impactos para o Serviço Social e ainda analisar como são desenvolvidas as atividades do assistente social nas empresas capitalistas. Dessa forma, pretende-se também contribuir com o estudo do trabalho do Serviço Social. Em relação à metodologia adotada para a realização do presente estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Observamos que o processo de reestruturação produtiva transformou as condições de trabalho do assistente social no setor empresarial de forma a redirecionar suas funções, proporcionando-o assim novas demandas de trabalho (como a atuação nos círculos de controle de qualidade, programas de qualidade total e assessoramento das gerências), coexistindo assim com demandas tradicionais nesse campo. Diante do exposto, faz-se indispensável a atuação do assistente social frente ao projeto ético-político profissional, tendo em vista a defesa dos direitos da classe trabalhadora, a justiça social e a construção de uma nova ordem societária sem exploração de classe, etnia e gênero. Os obstáculos são muitos, o exercício da profissão na atualidade é desenvolvido sob grandes desafios, mas ainda assim, é necessário direcionar a atuação profissional nas empresas capitalistas na perspectiva do projeto ético-político profissional.

Palavras- Chave: Serviço Social. Reestruturação Produtiva. Trabalho.

ABSTRACT

This study proposes to carry out a review on the theoretical production about the work of social workers in private companies in the context of productive restructuring. Its objective is to investigate the development of productive restructuring and the impacts on Social Work and also to analyze how the activities of the social worker in capitalist companies are developed. Thus, it is also intended to contribute to the study of the work of Social Work. Regarding the methodology adopted to carry out the present study, bibliographic research was chosen, with a qualitative approach. We observe that the process of productive restructuring transformed the working conditions of the social worker in the business sector in order to redirect his functions, thus providing him with new work demands (such as acting in quality control circles, total quality programs and advice) management), thus coexisting with traditional demands in this field. In view of the above, the role of the social worker in relation to the professional ethical-political project is essential, in view of the defense of the rights of the working class, social justice and the construction of a new corporate order without exploitation of class, ethnicity and genre. The obstacles are many, the exercise of the profession today is developed under great challenges, but even so, it is necessary to direct professional action in capitalist companies in the perspective of the professional ethical-political project.

Keywords: Social Work. Productive Restructuring. Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1- CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	11
1.1-Transição do feudalismo para o capitalismo: Breve contexto histórico	11
1.2-A reestruturação produtiva	21
2 – O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS	28
2.1- A inserção do Serviço Social nas empresas capitalistas	28
2.2- O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas: demandas e requisições	37
2.2.1- Uma proposta de trabalho frente ao Projeto Ético-Político Profissional.....	46
3- CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
4- REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Freire (2016) considera que na década de 1960 são os movimentos operários quem criam condições para implantação do Serviço Social nas empresas, que passam a se constituir como um campo de trabalho diferenciado da profissão.

Mota (1985) corrobora com a reflexão ao salientar que a primeira indagação a ser feita para entendermos a existência do Serviço Social nas empresas diz respeito aos serviços sociais mantidos pelas instituições. De acordo com a autora, a empresa é uma unidade de produção com fins meramente lucrativos, não tendo dessa forma, “vocação assistencial”, uma atividade que foge de sua especificidade técnica, a de gerar lucros.

De acordo com Moraes *et al.* (2015), as primeiras experiências referentes à inclusão dos assistentes sociais na empresa datam dos anos 40, com a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SESI (Serviço Social na Indústria), porém esses profissionais só ganharam maior efetividade a partir dos anos 60 e 70, no contexto dos avanços da industrialização e da política, com maior expressão da classe operária, dando um impulso ao serviço social empresarial.

Amaral e Cesar (2009) ao longo de suas discussões, afirmam ser a partir dos anos de 1970 e, particularmente, nos anos de 1980 que identificamos uma presença significativa de assistentes sociais nas empresas. Nesse período, a conjuntura brasileira favorece a ampliação do mercado de trabalho nesse campo.

Nesse contexto, o assistente social passa a ser recrutado, pela sua capacidade de “persuasão e convencimento” para realizar o trabalho de elo entre empresa e trabalhador, com o objetivo de garantir a empresa o envolvimento do trabalhador nas metas de produção. Importa analisar, que nesse espaço ocupacional, o objeto de trabalho do assistente social é o atendimento das

expressões da questão social vivenciada pela classe trabalhadora e sua família, manifestadas pelo processo de exploração do trabalhador.

Do ponto de vista do Serviço Social, a década de 1980 é marcada pela negação do conservadorismo profissional e por um movimento de explicitação da dimensão política da profissão, perspectiva denominada de “ruptura do Serviço Social”, o que para Iamamoto e Netto coloca em xeque a gênese, os princípios e as práticas a que se vinculam o Serviço Social, na sua trajetória sócio histórico.

O trabalho dos assistentes sociais era de subalternidade, agiam como meros executores de políticas sociais, pois reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa, agiam como mantenedores da ordem e controle da sociedade. A partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a autocracia burguesa exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agissem com racionalidade.

É nesse contexto que tanto as empresas públicas estatais e também as empresas privadas incorporam, nos seus quadros, o profissional de Serviço Social.

A motivação para o presente estudo manifestou-se construída na experiência como estagiária na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, onde a partir do conhecimento sobre o exercício profissional e o acompanhamento da rotina de trabalho do assistente social, tive um interesse em travar o debate sobre a atuação do assistente social.

Mota (1985), em extensa e pioneira pesquisa que aborda as determinações do Serviço Social na empresa, ao se referir sobre a absorção desses profissionais, afirma que:

a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente

social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família (MOTA, 1985, p.16).

Desse modo, nosso objetivo geral com este trabalho é realizar uma revisão sobre a produção teórica acerca do trabalho do assistente social nas empresas privadas no âmbito da reestruturação produtiva, e constituindo como objetivos específicos propostos, investigar o desenvolvimento da reestruturação produtiva e os impactos para o Serviço Social; analisar como são desenvolvidas as atividades do assistente social nas empresas capitalistas na atualidade e contribuir com o estudo do trabalho do Serviço Social.

Para o desenvolvimento do estudo utilizamos o método de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Foi optado pela pesquisa bibliográfica por compreender que este tipo de pesquisa abarca toda uma bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo, que vão desde publicações avulsas, boletins, periódicos, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dentre outros. Além disso, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador retornar ao objeto de estudo sempre que necessário, seja para consultá-lo, compará-lo ou atualizá-lo. A esse respeito, Lima e Miotto fazem a seguinte reflexão:

Reafirmasse a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (LIMA; MIOTTO, 2007, p.44).

Ademais, utilizamos a abordagem qualitativa, que nos dizeres de Minayo:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2011, p.21).

A relevância deste estudo, no âmbito do Serviço Social, se elucida pelo compromisso ético-político com a classe trabalhadora no trabalho do assistente social.

A primeira seção estabelece um breve histórico acerca do capitalismo e do processo da reestruturação produtiva, perpassando por questões como o processo de surgimento do capitalismo, sua periodização, bem como o processo de exploração do trabalhador e a questão social. A partir de então, discute sobre o sistema toyotista que surge para superar o modelo fordista/taylorista, através da implementação de uma nova forma de produção de mercadorias. Além de discorrer sobre a precarização do trabalho e suas consequências, os quais são conduzidos pela reestruturação do capital.

A segunda seção trata especificamente sobre o trabalho do assistente social nas empresas, destacando as novas requisições e demandas de trabalho do assistente social. Constitui-se também com um resgate histórico do Serviço Social no Brasil, bem como sua inserção nas empresas, além do processo de precarização do trabalho do assistente e sua relativa autonomia, a qual molda a inserção socioinstitucional do assistente social na sociedade brasileira, sendo assim, necessário a criticidade do profissional para extrapolar as rotinas institucionais.

Posteriormente, nesta mesma seção enfatizamos sobre uma proposta de trabalho do assistente social na empresa privada frente a perspectiva do projeto ético-político profissional, ou seja, uma proposta de trabalho diferente daquela prevista pela atual ordem societária. O projeto ético-político norteará o assistente social por princípios basilares preconizados no Código de Ética Profissional que contribuirá para adensar a proposta de trabalho na empresa.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas” – Karl Marx

O presente capítulo estabelece um breve histórico acerca do capitalismo e do processo da reestruturação produtiva. No primeiro item versa sobre o processo de surgimento do capitalismo, sua periodização, perpassa pela revolução industrial, bem como o processo de exploração do trabalhador, mais-valia, desigualdade social e questão social. Assim, para a uma melhor compreensão do processo de surgimento do modo de produção citado, explanamos ainda que brevemente sobre a transição do feudalismo para o capitalismo.

No segundo item, discorre sobre o processo da reestruturação produtiva que foi resultado de umas das crises estruturais do capital, sendo feitas considerações sobre o sistema toyotista, assim como a precarização do trabalho e suas consequências, os quais são conduzidos pela reestruturação do capital.

1.1 – Transição do feudalismo para o capitalismo: Breve contexto histórico

Para Dobb (2004), o feudalismo europeu ocidental pode ser definido como um sistema econômico no qual a servidão é a relação de produção predominante, e em que a produção se organiza no interior e ao redor da propriedade senhorial.

Para o autor a característica básica do feudalismo, neste sentido, é tratar-se de um sistema de produção para uso, sendo definido como:

virtualmente idêntico com o que usualmente se entende por servidão: uma obrigação imposta ao produtor pela força, independentemente de sua vontade, no sentido de cumprir certas exigências econômicas de um senhor, quer sob forma de serviços a serem prestados ou de tributos a serem pagos em dinheiro ou espécie (DOBB, 2004, p.35).

De acordo com Gonçalves (2019), a sociedade feudal era dividida em três classes, representada pelos sacerdotes, os guerreiros e os trabalhadores. Os sacerdotes eram formados pelo clero, os guerreiros pela nobreza e os trabalhadores pelos camponeses. A economia era baseada na agricultura e o poder era descentralizado: os feudos pertenciam aos senhores feudais, que muitas vezes arrendavam seus feudos de outros senhores, chegando por último ao rei. O rei era o dono das terras de direito, mas, de fato, a autoridade era dos senhores feudais.

Ao tratar-se da crise do feudalismo, Netto e Braz (2012) afirmam que esta abre-se no século XIV, num processo extremamente complexo. Esse processo de crise é, igualmente, o solo histórico do movimento que conduzirá a Revolução Burguesa.

Ainda na reflexão desses autores, precisamente no século XIV, a produção em que fundamentalmente se baseava o regime feudal (isto é: os cultivos e a pecuária) viu-se comprometida, pois, as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos a época para recuperá-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão dos cultivos fez-se a base da redução de áreas para a pecuária. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração da prata, com o que se travou fortemente o curso do dinheiro, o que trouxe grandes dificuldades, ainda que temporárias, para a vida comercial. Diante esse contexto, as lutas entre as classes fundamentais do modo de produção feudal, senhores e servos (proprietários fundiários e camponeses) intensificou-se dramaticamente a partir de então, já que os senhores, para compensar a redução do excedente econômico de que se apropriavam, trataram de acentuar a exploração dos produtores diretos; e também entre os senhores instalaram-se conflitos configurando um cenário de confrontos sociais.

Neste sentido, Dobb (2004) resume da seguinte maneira a explicação comumente aceita sobre o declínio do feudalismo:

Frequentemente nos defrontamos com o quadro de uma economia mais ou menos estável que foi desintegrada pelo impacto do comércio, o qual atuava como força externa e se desenvolvia fora do sistema, que finalmente derruba. Dão-nos uma interpretação de transição da velha para a nova ordem que encontra as sequências causais dominantes na esfera da troca entre a economia senhorial e o mundo exterior. “Economia natural” e “economia de troca” são duas ordens econômicas que não podem misturar-se, e a presença desta, dizemos, é suficiente para causar a desintegração da primeira (DOOB, 2004, p.38).

Para esse mesmo autor o declínio do feudalismo deu-se á superexploração da força de trabalho da sociedade pela classe dominante. A esse respeito, foi encontrada a seguinte colocação:

O tamanho da classe parasita tendeu a expandir-se como resultado do crescimento natural das famílias nobres, e multiplicação dos dependentes nobres – que “tinham que ser sustentados com o trabalho excedente da população servil” (DOBB, 2004, p.45).

Em crítica a Dobb, o autor Sweezy (2004) afirma que tal fator não pode simplesmente ser tomado como uma característica natural do feudalismo, pois o crescimento da classe parasitária era comparável ao crescimento da população servil. Os servos não podiam simplesmente abandonar das senhorias, não importava quão severos pudessem tornar-se seus senhores, a menos que tivessem para aonde ir. Sweezy (2004) ainda complementa sua crítica, ressaltando que a fuga dos servos ocorreu simultaneamente com o crescimento das cidades, especialmente nos séculos XII e XIII.

O autor ainda afirma que, não há dúvida de que as cidades em rápido crescimento a oferecerem liberdade de emprego e melhoria de posição social, agindo como potentes ímãs para a população rural oprimida. A possibilidade de perder servos para as cidades aumentava o poder de barganha desses com o senhor feudal, visto não haver tanta mão-de-obra disponível, já que as crises demográficas eram grandes durante a Idade Média. Diante essa situação, os

servos foram forçados a se adaptar à nova vida, pois chegando isoladamente às cidades, foram obrigados a se submeter a posição que lhes designavam.

Gonçalves (2019) ressalta que o chamado período de transição do feudalismo para o capitalismo (séculos XV a XVIII) assistiu ao crescimento das cidades e da burguesia, da emancipação dos servos, do aumento do trabalho assalariado e dos tributos em dinheiro. Esses são elementos necessários ao novo modo de produção que surgiria, mas ainda são elementos pré-capitalistas, pois em sociedades pré-capitalistas, o funcionamento das relações comerciais e do mercado baseava-se numa lógica cuja obtenção e maximização dos lucros não eram o seu elemento determinante.

Esse período de transição entre a reação feudal e as revoluções burguesas¹ foram marcados pelo que mais tarde se chamou de mercantilismo, o qual cria a dinâmica inicial na direção do capitalismo.

Sobre o mercantilismo, encontramos os dizeres de Perry Anderson:

O mercantilismo requeria, indubitavelmente, a supressão das barreiras particularistas no interior da monarquia nacional e empenhava-se em criar um mercado interno unificado para a produção de mercadorias. Com o objetivo de aumentar o poder do Estado diante dos outros Estados, encorajava a exportação de mercadorias, ao mesmo tempo que proibia exportações de ouro e prata e de moedas (ANDERSON 2004 apud GONÇALVES, 2019, p.18).

O Estado absolutista e as práticas mercantilistas tiveram um importante papel para a transição do feudalismo para o capitalismo: a acumulação primitiva do capital. A esse respeito, partilhamos da reflexão de Bottomare (2013), que descreve ser um processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção, sendo considerada primitiva por constituir a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. De acordo com o autor, a tese de Marx é que

¹ Segundo Ferreira *et al.* (2016), na concepção de Florestan Fernandes a Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.

o “segredo” se encontra na reorganização revolucionária e generalizada das relações de produção existentes.

Netto e Braz (2012) ao longo de suas discussões refletem que enterrado o Antigo Regime abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado burguês. Colocando a seu serviço aqueles “órgãos onipotentes” de que falava a teoria marxista (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura², necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas. Trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica.

O regime capitalista de produção é considerado tanto um processo das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sócio histórico e econômicas de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam.

Corroborando com essa reflexão, Pereira et al. (2016), reflete que o capital não pode deixar de se expandir, esse modo de produção é uma forma de riqueza que só pode existir se servir para fazer negócios cada vez mais lucrativos.

Coggiola (2015) considera que paralelo ao período do mercantilismo, desponta-se as origens da Revolução Industrial, que podem ser encontradas nos séculos XVI e XVII, com a política de incentivo ao comércio, adotada pelas monarquias absolutistas, que tinham grandes necessidades monetárias em função da manutenção de seus exércitos. O autor supracitado, alude que a

² Segundo Ferreira (2014), Marx entendia que a estrutura de qualquer sociedade seria construída por níveis ou instâncias, articulados por uma determinação específica: a relação entre infraestrutura e superestrutura. A infraestrutura seria a base econômica (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, por sua vez, seria uma instância que comportaria em si mesma dois níveis: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia.

Revolução Industrial não deve ser entendida só como um conjunto de inovações técnicas, novas máquinas e novos procedimentos de produção, mas como uma alteração estrutural da sociedade, determinada pela substituição da ferramenta pela máquina, em um processo que conclui na consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Foi responsável pela separação definitiva entre o capital e o trabalho, pela consolidação do trabalho assalariado, pelo controle da burguesia capitalista sobre a produção e pela formação de uma nova classe social, o proletariado.

Antes, porém, de adentrarmos a análise sobre a dinâmica de reprodução do capitalismo e suas consequências, explanaremos brevemente sobre as principais fases do capitalismo.

De acordo com Netto e Braz (2012) ao procurarmos estabelecer uma periodização histórica do desenvolvimento do capitalismo, registra-se primeiro a existência de um estágio que começa com a acumulação primitiva, trata-se do capitalismo comercial ou mercantil. Nesse estágio do capitalismo, o papel do grupo social dos comerciantes, mercadores foi decisivo.

Os autores ainda apontam que na segunda metade do século XVIII, o capitalismo ingressa num novo estágio evolutivo, onde se vincula diretamente a mudanças políticas como a Revolução Burguesa, e também mudanças técnicas, a deflagração da Revolução Industrial. Mais aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configura-se o capitalismo concorrencial, também chamado de capitalismo clássico ou liberal. A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativas possibilidades de negócios que se abriram aos pequenos e médios capitalistas.

Nos primeiros anos do século XX, surge o capital monopolista, firmemente estabelecido na produção industrial, e que se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas. Nesse sentido, cabe a reflexão de Netto:

[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todas elas desveladas pela crítica marxiana (NETTO, 2011, p.19).

Sobre esse assunto, Ceolin (2014) afirma que o capitalismo monopolista é responsável pela introdução na dinâmica da economia capitalista de um conjunto de fenômenos, o alvo central da fase monopólica é a criação do mercado universal. Para atingi-lo, o sistema do capital busca a conquista de toda a produção de bens e de uma gama crescente de serviços em forma de mercadorias e inventa um novo ciclo de produtos e serviços, muitos deles tornam-se indispensáveis à medida que a vida moderna vai mudando e destruindo as alternativas existentes.

Esse modo de produção tem na acumulação o seu motor por meio da produção de mais-valor via exploração do trabalho e engendra relações sociais mediadas por mercadorias, em que as necessidades humanas são substituídas pela produção de coisas alheias a estas.

Como forma de fomentar a discussão, Netto e Braz (2012) refletem que a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como uma forma elementar. Mais ainda: para todos nós, comprar e vender mercadorias é igualmente uma experiência cotidiana. A compra e venda é uma relação simples, habitual, com que nos deparamos mil e uma vezes. Assim, é possível afirmar que a mercadoria não se refere a um objeto em si, mas é a forma pela qual os sujeitos estabelecem relações sociais no capitalismo.

No tocante a conceituação de trabalho, partilhamos do que afirma Marx:

Antes de tudo, [...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma das suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e

mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX 2010, apud PEREIRA, 2006, p. 413).

Sobre esse assunto, Pereira *et al.* (2006), denomina o trabalho de acordo com a concepção marxista, enquanto fundamento ontológico do ser social que produz as condições materiais objetivas e subjetivas necessárias a existência do homem dentro da organização social. O trabalho tem como essencialidade não atender apenas as necessidades individuais, mas, as necessidades da coletividade. Por ser ontologicamente fundante do ser social, a centralidade do trabalho está em valores-de-uso e não em valores-de-troca.

Ainda na reflexão do autor, o valor-de-uso só possui valor porque nele está incorporado o trabalho abstrato. Isso significa dizer que a grandeza de valor de uma mercadoria está determinada pela quantidade de trabalho/ tempo nela contida. Já o valor-de-troca, passa a presidir o processo social da produção, determinando, inclusive, a própria força de trabalho e resultando no ocultamento da exploração sob uma aparência puramente econômica, coisificada e quantificada abstratamente, fazendo com que as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade.

Gonçalves (2019) relata que, o lucro capitalista tem seu cerne na exploração da força de trabalho e na extração intensa da mais-valia. Em conformidade com o autor, Netto e Braz (2012) relatam que a força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário a sua produção/reprodução, valor esse expresso no salário, assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente, a mais-valia, fonte de seu lucro.

Ao versarmos sobre o trabalho assalariado, fazemos menção a Ceolin (2014), o assalariamento do trabalho se expande e se generaliza constituindo um novo modo de vida social. A propriedade privada dos meios de produção, ao separar os produtores dos instrumentos necessários à produção, impõe aos vendedores da força de trabalho a produção de um valor que não lhe pertencem e que não visa satisfazer suas necessidades. Pela alienação de sua capacidade

de trabalho por determinado tempo, o trabalhador recebe um salário para reconstituir e manter sua capacidade produtiva, garantindo assim a continuidade da oferta da força de trabalho quando o capital dela demandar.

Friedrich Engels comenta sobre umas das grandes características do modo de produção capitalista, o trabalho excedente:

O capitalista põe o seu operário a trabalhar. Ao fim de determinado período o operário lhe fornece a quantidade de trabalho representada pelo trabalho semanal. Suponhamos que o salário semanal de um operário equivale a três dias de trabalho; se o operário começa a trabalhar na segunda-feira, terá reembolsado ao capitalista na noite de quarta-feira o valor integral de seu salário. Mas deixa ele de trabalhar depois disso? Não. O capitalista lhe compra o trabalho de uma semana: o operário tem, portanto, que continuar trabalhando os três dias que faltam para completar a semana. Esse sobre trabalho do operário, depois de cobrir o tempo necessário para reembolsar ao patrão o seu salário, é a fonte da mais-valia, do lucro, do incremento progressivo do capital (ENGELS 1987 apud KAPRON, 2007, p.23).

Outro aspecto importante relativo ao modo de produção capitalista, e que é bem ressaltado por Figueiredo (2013), é a relação de compra e venda da força de trabalho que reflete a desigualdade social a qual estão submetidos os homens sob a ordem burguesa.

Para Figueiredo (2013) o que predomina é uma substancial desigualdade social, posto que a condição de vendedores da força de trabalho e não proprietários dos meios de produção e subsistência os deixa à mercê da livre vontade de explorar sua força de trabalho pelos capitalistas que é crescente e infinita, posto que é condição da reprodução do capital a valorização e ampliação do montante investido pelos capitalistas em suas mercadorias. Portanto, no capitalismo, está posta a relação antagônica entre as classes: burguesia e proletariado. Nesse sentido, o enriquecimento de uma classe, representada pelos detentores dos meios de produção, gera, concomitantemente, a miséria da classe explorada, os trabalhadores.

Paralelamente ao aspecto da desigualdade social, evidencia-se o surgimento da questão social, a qual é bem definida por Marilda Iamamoto:

A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade (IAMAMOTO, 2015, p. 114).

Analisando os estudos de Fraga (2010), entende-se a questão social como um conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos:

O cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital versus trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos assistentes sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às desigualdades, como por exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais (FRAGA, 2010, p. 45).

Para Meireles (2017) a questão social é um conceito que abrange dupla dimensão, ou seja, envolve a exploração capital/trabalho e, também, a inconformidade e a resistência da classe trabalhadora frente à exploração capitalista, dessa forma, sendo conceituada como: as expressões das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista. Mas principalmente, são elas que vão fazer surgir um movimento por parte dos trabalhadores insatisfeitos com suas condições de trabalho e de toda uma população socialmente excluída.

A autora também reflete que o movimento organizado pelos trabalhadores e por outras classes excluídas, que lutam por direitos, sejam eles econômicos, políticos, sociais ou culturais, é o que caracteriza a chamada luta de classes. Sendo assim, pensar a questão social como o conjunto das desigualdades e injustiças sociais seria considerar além do capitalismo, e que, ela permanece nas mais diversas formas da estrutura social e não somente na estrutura de classe.

Nesse sentido, Netto e Braz (2012) consideram que o capitalismo ao longo de sua existência, moveu-se e transformou-se, mobilidade e transformação estão sempre presentes nele. A história do capitalismo, a sua evolução, é produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento de forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica.

Compreendendo que o processo de reestruturação produtiva é um aspecto bem relevante no modo de produção capitalista, sua contextualização, considerações bem como mudanças estruturais e organizacionais serão refletidas no próximo item.

1.2- A reestruturação produtiva

Ceolin (2014) ao longo de suas discussões elucida que em meados da década de 1970 o capital se vê obrigado a encontrar alternativas para a crise estrutural que o ameaça, a qual caracteriza-se também como crise cíclica³. O autor ainda destaca que tal crise caracteriza-se como específica e crônica, sendo sua expressão extraordinária a crise do modelo de acumulação fordista-keynesiano, cujos impactos não se restringem à esfera produtiva, incidindo fortemente sobre o conjunto da vida social.

³ De acordo com Lima, (2010, p.95), o capitalismo opera de forma que sua própria dinâmica interna o conduz a situações em que é temporariamente impossível continuar se reproduzindo de forma ampliada. A forma de desenvolvimento do capitalismo é determinada pelos problemas estruturais que ele se põe e que aparecem no curso de sua história. O termo “crise” significa o momento em que o processo de renovação e expansão do capital é subitamente interrompido, sanando o sistema para um novo ciclo de acumulação. Ou seja, quando o sistema tenta contornar uma dificuldade intrínseca, superar uma barreira posta por ele mesmo. Por isso dizemos crise cíclica, pois sempre que necessário o capitalismo superará tal barreira para iniciar-se um novo ciclo de acumulação.

Considera-se que é no bojo deste processo sócio histórico que surge o novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho organizado. Conforme referencia Bastos (2014), esse processo trata-se da intrínseca necessidade do capital de condensar cada vez mais a classe trabalhadora na busca de maiores taxas de mais-valia, intensificando assim a exploração da força de trabalho. A partir de então, o trabalho passa a ser executado pelo operário polivalente, que opera e controla o funcionamento de mais máquinas ou processos, ou seja, exerce várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário.

Sobre esse assunto partilhamos dos dizeres de Mota e Amaral:

Estas mudanças, seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando a construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital (MOTA; AMARAL, 1998, p.29).

Como forma de elucidar a crise do fordismo, Antunes (2006) nos traz as dimensões dessa crise estrutural do capital, claramente evidenciadas pelas seguintes características:

- 1) Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;
- 3) Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e de seu sistema de produção colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação na nova fase de internacionalização;
- 4) A maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) A crise do Welfare State ou “bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

6) Incremento acentuado de privatizações, tendências generalizadas a desregulamentação e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimem esse novo quadro crítico (ANTUNES, 2006, p.29).

Todos esses pontos elucidados por Antunes fazem parte da desregulamentação e da crise do fordismo que culminaram num processo de reorganização do capital.

Silva (2011) enfatiza que com vista à superação da crise do padrão de acumulação taylorista/fordista⁴, o capital adotou um amplo processo de reestruturação produtiva, como forma de recuperar seu ciclo produtivo e suas formas de dominação, definidos por alguns autores, como sendo uma fase de “acumulação flexível”. Outro aspecto destacado pelo autor é que a reestruturação se desencadeia numa dupla direção: no incremento das inovações tecnológicas, da automação e informatização da produção e na exploração desmedida do trabalho, confluindo para a extração exacerbada e combinada de mais-valia relativa e absoluta⁵.

Harvey um teórico norte-americano, reflete da seguinte forma sobre o processo de acumulação flexível:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY 1932 apud BASTOS, 2014, p.58).

⁴ A estratégia taylorista/fordista de organização do processo produtivo implicava a produção em série e em massa para o consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre os executores e planejadores, o trabalho parcelar fragmentado e a constituição da figura do operário massa. (IAMAMOTO, 2015, p.29).

⁵ De acordo com a teoria marxista, a mais-valia absoluta consiste no aumento da jornada de trabalho, já a mais-valia relativa consiste na diminuição do tempo gasto para a execução do trabalho.

De acordo com Bastos (2014) a partir desse momento, começam a ser introduzidas alterações nos circuitos produtivos que deslocam cada vez mais o padrão que se consolidou nos “anos dourados”⁶: esgota-se a modalidade de acumulação denominada rígida, própria do taylorismo-fordismo e começa a se instaurar novo complexo de reestruturação produtiva, o que veio a ser denominado de toyotismo.

Sobre esse assunto, Batistella (2007) afirma que o toyotismo⁷ nasce no Japão, pós-Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, é espalhado para o mundo com o objetivo de manter ou aumentar a produção, empregando o mínimo possível de trabalhadores e trazendo a necessidade das inovações tecnológicas e organizacionais nas empresas como forma de “sobreviver” à nova ordem econômica vigente. Teve sua gênese na indústria manufatureira do Japão, como forma de superar o modelo fordista/taylorista, através da implementação de uma nova forma de produção de mercadorias.

Em conformidade com a autora, Lara (2006) observa que nos anos de 1980 e 1990, muitas técnicas japonesas foram incorporadas por diversos países e setores da indústria mundial. O toyotismo, a partir de seu advento, denota suas características principalmente de produção voltada à demanda e pronta para suprir as necessidades do consumidor, além de possuir características “inovadoras e adaptadas à mundialização do capital, surge como o modelo adequado a atender às exigências do mercado mundial na era da acumulação flexível” (LARA, 2006, p.17).

⁶ Período em que o Brasil viveu uma fase onde prevaleceu a democracia liberal, com retorno dos governos eletivos. Período também correspondente ao imediato pós-guerra e a construção da ordem internacional baseado nos sistemas da bipolarização política-ideológica-econômica da Guerra Fria.

⁷ O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como via de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que muito rapidamente se propaga para as grandes companhias daquele país. (ANTUNES, 2006, p. 54).

Corroborando com a discussão, é Ricardo Antunes (2006) que diferencia de forma bem pontuada o toyotismo do taylorismo/fordismo pelos seguintes traços:

- 1) É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2) Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) A produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar [sic] simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/ fordismo;
- 4) Tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) Funciona segundo sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) As empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. [...];
- 7) Organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do savoir faire intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava.
- 8) O toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas [...], além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade. [...] (ANTUNES, 2006, p.54).

Importa aqui salientar que paralelamente ao surgimento do toyotismo, desponta-se também o pensamento neoliberal, ou seja, o neoliberalismo. Para Andrade (2019) o neoliberalismo designa a desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo.

Esse modelo legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-econômica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária. A crescente desigualdade se justificaria como meio de estimular o risco dos empreendedores e a inovação, elementos centrais da competitividade e do crescimento econômico (ANDRADE, 2019, p. 221).

Como forma de fomentar o debate, Ceolin (2014) afirma que o neoliberalismo difunde a ideia de que o bem-estar social pertence ao foro privado

dos indivíduos e seus grupos sociais, deslocando as respostas da questão social da esfera do Estado para a do mercado e da sociedade civil. Há, então, uma perfeita funcionalidade do pensamento neoliberal ao novo padrão de acumulação capitalista. Nesse sentido, Netto considera que o “Estado mínimo pode permitir o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política, o Estado máximo para o capital” (NETTO, 2011, p. 81).

Conforme referenciam Amaral e César (2009), nesse cenário são evidenciados um extensivo programa de privatizações, fusões empresariais e um drástico enxugamento de postos de trabalho, que redefiniram a composição do mercado de trabalho e, nas empresas, acarretaram uma brutal redução de trabalhadores agrupados, além de um intenso processo de transformações nos processos de trabalho.

No tocante as transformações nas relações de trabalhos, cabe elucidar as premissas apontadas por Iamamoto (2015). De acordo com a autora, essas relações tendem a precarizar cada vez mais, os direitos sociais reduzem, os salários rebaixam, afetando de forma relevante a base de defesa do trabalho.

As colocações de Iamamoto conduzem a uma percepção identificada por Lara (2006), que faz alusão aos trabalhadores periféricos, aqueles que estão sempre suscetíveis às “oscilações do mercado” e podem a qualquer momento ficar desempregados. Os trabalhadores periféricos, por sua vez, compõem em sua maioria, um número crescente de trabalhadores, alguns com relativa estabilidade, sendo eles empregados em tempo parcial, com contrato temporários e subcontratados. Fazem parte ainda do grupo dos periféricos os trabalhadores sem os mínimos sociais para reproduzirem dignamente. São representados pelo “[...] trabalho feminino mal remunerado, pelos jovens sem experiência no mercado de trabalho e pelos trabalhadores acima dos 40 anos, considerados “velhos” para o trabalho [...]” (LARA, 2006, p.21).

Antunes (2006) relata em seu livro *Adeus ao trabalho*, que pode se dizer de maneira sintética, que há um processo contraditório na reestruturação

produtiva, de um lado reduz o operariado industrial e fabril, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Para o autor, um contingente expressivo composto por mulheres, caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora, a classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina, havendo, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, Silva (2011) considera que a reestruturação produtiva no âmbito brasileiro conflui para formas de precarização das relações de trabalho e conseqüentemente a exploração dos trabalhadores. Essa realidade confere poder de barganha ao capital, o que lhe permite flexibilizar as leis trabalhistas e dessa forma, desestabilizar as condições de vida e de trabalho dos que produzem socialmente as riquezas. Todavia, é necessário não perder de vista a classe trabalhadora como sujeito coletivo capaz de levar a cabo a consolidação de um projeto societário alternativo a lógica destrutiva do capital.

Considerando que o processo de reestruturação produtiva perpassa as instituições e organizações, na próxima sessão será contemplado as particularidades do processo da reestruturação produtiva nas empresas capitalistas, em específico na área do Serviço Social.

CAPÍTULO 2

O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS

O presente capítulo estabelece uma contextualização acerca do processo histórico do Serviço Social no Brasil, assim como nas empresas, além de elencar as principais demandas e requisições de trabalho do Assistente Social nas empresas capitalistas. No primeiro item, discute sobre o processo de surgimento do Serviço Social no Brasil e especificamente nas empresas. Faz-se necessário também a discussão sobre as condições de trabalho do assistente social nas empresas sob o contexto da reestruturação produtiva, assim como a relativa autonomia profissional, a qual limitará ou flexionará a atuação profissional no campo empresarial.

No segundo item, discorre em específico sobre o trabalho do Assistente Social nas empresas, sendo feitas considerações sobre demandas e requisições do trabalho profissional: programas de treinamentos, assessoramento á gerências, administração de benefícios e dimensão pedagógica do Serviço Social. Por fim, o subitem disserta sobre uma proposta de trabalho do assistente social na empresa frente ao projeto ético-político profissional. Uma proposta de trabalho vinculada aos princípios da justiça social, igualdade e da construção de uma nova ordem societária junto a classe trabalhadora.

2-1- A inserção do Serviço Social nas empresas capitalistas

Antes de adentrarmos a análise sobre o Serviço Social na empresa, faz-se necessário uma breve contextualização sobre o surgimento do mesmo no Brasil.

A respeito desse assunto, Oliveira e Chaves (2017) elucidam que o Serviço Social, como profissão institucionalizada, configura-se no cenário mundial a partir da década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, quando se caracteriza de forma mais evidente e abrangente a questão social⁸, bem como formas de organização da classe trabalhadora, que contextualizam o surgimento de movimentos de ação social, cuja finalidade era a difusão de ideias políticas.

As autoras consideram que as consequências imediatas da instauração do modo de produção capitalista, impresso na rápida industrialização e urbanização, resultam no acirramento da questão social, que se apresenta em diversificadas expressões como a fome, o analfabetismo, e a violência, que por sua vez, são expressões da principal contradição do modo de produção capitalista: a socialização do trabalho versus a privatização da riqueza. Isso vai requerer, necessariamente, análise aprofundada das expressões do capitalismo em sua relação com o avanço/retrocesso das forças produtivas, bem como a definição de propostas de intervenção para transformação dessa realidade. Tendo em vista uma ação nesse contexto, são necessários profissionais aptos a realizarem a leitura da realidade e dos modos de organização da vida em sociedade, com formação específica, ou seja, baseada nos elementos constitutivos da convivência e sobrevivência sociais e nos fatores que dela decorrem.

Segundo Iamamoto (2015), a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho está relacionada ao contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX, pois o debate acerca da questão social, que atravessa a sociedade nesse período, exige um posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja. Um detalhe importante acerca desse assunto, é que nesse período de surgimento do Serviço Social, ele encontrava-se atrelado a Igreja Católica. Para Silva *et al.* (2016) as atividades sociais desenvolvidas pela

⁸Segundo Iamamoto (2015), a questão social pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Igreja são consideradas como o embrião do Serviço Social brasileiro, pois as atividades da caridade tradicional ganham uma nova conformação e certo caráter organizativo, contando com famílias da burguesia paulista e carioca, que passam a contar com o aporte do Estado, o que possibilita realizar obras sociais mais abrangentes.

Corroborando com a reflexão, Schmitz (2007) afirma que em 1932, a cidade de São Paulo, diante dos problemas socioeconômicos e políticos, do intenso polo industrial, dos movimentos operários, da diversidade religiosa contrária aos princípios cristãos, foi escolhida para sediar o curso de Iniciação a Ação Social. Para ministrar a parte alusiva ao Serviço Social foi convidada a professora Mlle Loneux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, pois está se dedicava à ação social operária. Ao término deste curso nomeou-se uma comissão para estudar e organizar um plano de ação social com o objetivo de atender o bem-estar da sociedade.

Diante desta proposta, nasceu o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) de São Paulo em 1936, sendo a primeira Escola de Serviço Social do Brasil. Conforme referenciam Silva *et al.* (2016), o CEAS foi considerado o embrião da profissionalização do Serviço Social no Brasil.

Ao discorrermos especificamente sobre a inserção do Serviço Social nas empresas, partilhamos do pensamento de Freire (2016) que aponta que na década de 1960 são os movimentos operários quem criam condições para implantação do Serviço Social nas empresas, que passam a se constituir como um campo de trabalho diferenciado da profissão.

Segundo Mota (1985) a primeira indagação a ser feita para entendermos a existência do Serviço Social nas empresas diz respeito aos serviços sociais mantidos pelas instituições. De acordo com a autora, a empresa é uma unidade de produção com fins meramente lucrativos, não tendo dessa forma, “vocaçãõ assistencial”, uma atividade que foge de sua especificidade técnica, a de gerar lucros.

[...] uma instituição cujo objetivo é gerenciar capital e trabalho na produção de bens e serviços que se transformam em mercadorias. Através desse gerenciamento, ela assegura a valorização do capital, acumulando-o e reproduzindo-o e tendo na produção da mais-valia um instrumento para obtenção de lucros (MOTA, 1985, p.39).

Batistela (2007) afirma que para compreendermos mais especificamente a inserção do Serviço Social no âmbito da empresa capitalista, é necessário conhecer a instituição, seus objetivos e interesses, o que possibilitará identificar as requisições e demandas pertinentes ao profissional de Serviço Social.

Ao avançarmos na discussão, Moraes *et al.* (2015) refletem de uma forma bem pontuada sobre a inserção do Serviço Social na empresa, de acordo com as autoras, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) surge com a responsabilidade de gerenciar em âmbito nacional todas as escolas de aprendizagem industrial. Seu objetivo principal consiste, em qualificar a força de trabalho que em sua predominância eram trabalhadores da produção industrial. O cenário industrial em expansão precisava de força de trabalho qualificada, o suprimento das demandas com a força de trabalho estrangeira, já em declínio, ressaltava a necessidade de as empresas qualificarem os seus trabalhadores e assim os adequarem a sua gestão.

Nessa perspectiva de adequação é que o Serviço Social é introduzido ao SENAI, os assistentes sociais para além de sua atuação assistencialista aliadas a atividades de cunho higienistas de controle da ordem a favor da moral burguesa, são potencializados como meio para o alcance da expansão e solidificação da ordem capitalista, através das empresas. Ainda mais, o SENAI encenou uma nova postura do Estado e da burguesia diante da classe trabalhadora, postura essa na qual a educação surge como meio, para a conservação e reprodução da força de trabalho da classe operária. Foi o início de um processo em que incorporou o assistente social nas empresas privadas, mais especificamente, nas indústrias.

Ainda nas reflexões de Moraes *et al.* (2015), paralelamente a esse processo, surge o SESI (Serviço Social da Indústria), fruto do interesse do Estado em participar e estimular a participação das classes sociais mais desenvolvidas em iniciativas que promovessem o bem-estar dos trabalhadores da indústria e também da constatação que as indústrias possuíam recursos para proporcionar aos trabalhadores a assistência social. Essa assistência perpassava as condições de higiene, habitação e nutrição dos operários, e trouxe à relação de patrões e operários uma questão solidária imbuída numa perspectiva de justiça social.

Podemos sinalizar que as semelhanças da atuação do assistente social no SESI com as experiências do Serviço Social no SENAI estão imbricadas principalmente na interlocução da atuação profissional com o projeto burguês industrial.

Amaral e Cesar (2009) consideram ser a partir dos anos de 1970, particularmente, nos anos de 1980 que identificamos uma presença significativa de assistentes sociais nas empresas. Nesse mesmo período, as classes trabalhadoras experimentam um massivo processo de organização política, a exemplo da fundação de partidos, sindicatos, comissões de fábrica, entre outras representações, imprimindo formas combativas na sua relação com o capital.

Na análise das autoras, a década de 1980 é marcada pela negação do conservadorismo profissional e por um movimento de explicitação da dimensão política da profissão, perspectiva denominada de “ruptura do Serviço Social”, o que para Yamamoto e Netto coloca em xeque a gênese, os princípios e as práticas a que se vinculam o Serviço Social, na sua trajetória sócio histórico.

O trabalho dos assistentes sociais era de subalternidade, agiam como meros executores de políticas sociais, pois reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa, agiam como mantenedores da ordem e controle da sociedade. A partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a

autocracia burguesa exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agissem com racionalidade.

O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2015) é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, o que implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social do trabalho profissional e de seu *modus operandi*. É um processo que busca dar ao Serviço Social um trabalho mais eficaz, que busque caminhos em novos fundamentos teórico-metodológicos. A esse respeito é José Paulo Netto que nos dá uma caracterização:

É este 'Serviço Social crítico', ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural, que no Brasil contemporâneo, expressa o espírito da Reconceituação e não há nenhum exagero em afirmar que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria (NETTO, 2005, p. 36).

No tocante à inserção do assistente social na empresa, Mota (1985) umas das principais autoras sobre as determinações do Serviço Social na empresa, afirma que:

A presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família (MOTA, 1985, p. 16).

Corroborando com essa premissa, Freire (2016) afirma que as ações desenvolvidas pelo Serviço Social em suas primeiras experiências na empresa estariam relacionadas com o caráter assistencialista e clientelista conservador, característico dos primórdios da profissão. A autora ainda destaca que o mais importante da profissão era servir de apoio para empresa na prevenção de problemas sociais dos empregados.

Nesse sentido, conforme referenciam Amaral e Cesar (2009), ao interferir diretamente na esfera da reprodução social, os assistentes sociais, na condição

de assalariados e submetidos às mesmas condições e relações de trabalho do conjunto dos trabalhadores, definem seus objetivos profissionais, desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos “problemas sociais” postos pelos empregadores.

Nesse contexto observamos que o profissional de Serviço Social enquanto trabalhador assalariado estar suscetível às implicações provenientes do modelo de gestão e consumo da força de trabalho. Conforme é apontado por Iamamoto:

O Assistente Social dispõe de um código de ética profissional e embora o Serviço Social seja regulamentado como profissão liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho qualificada e a contratam. Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo de mercantilização, no universo do valor (IAMAMOTO, 2015, p.23-24).

Nas reflexões de Batistela (2007), quando falamos de precarização dos espaços e condições de trabalho que afeta os trabalhadores de forma geral, verificamos que este também atinge o assistente social. O que acaba resultando numa redefinição do exercício profissional nas empresas, essa situação reflete a mesma encontrada por Amaral e Cesar (2009), as autoras afirmam que há que se considerar que o próprio trabalho do assistente social hoje, é exercido sob condições que não fogem ao quadro mais geral da economia: muitos desses profissionais são terceirizados, fazem parte de cooperativas de trabalho, são contratados por “projetos” e não tem assegurada a proteção social pública. Portanto, são variadas as modalidades de contratação dos seus serviços, fato que reduz a sua capacidade de se contrapor, de questionar os objetivos empresariais e de trabalhar o campo de contradições que é inerente a práticas capitalistas.

A partir do exposto, Cesar (1998) identifica alguns elementos que evidenciam o novo paradigma das condições do trabalho profissional do assistente social:

a) a intensificação do trabalho: há um acréscimo de atendimentos feitos além da extensão e variedade das situações que é requisitado à intervenção do assistente social. Com a reestruturação produtiva, os profissionais passaram a trabalhar além do horário, devido às constantes cobranças feitas pelas gerências. Assim como outros diversos profissionais o assistente social teme o desemprego, o que o faz com que este profissional busque adequar-se a estas condições;

b) a racionalização do trabalho: esse elemento se dá pela priorização das tarefas, mantendo-se as atividades essenciais e eliminando tudo o que não se pode ser considerado atividade essencial;

c) redução dos postos de trabalho profissional: implicações em demissões, transferência de atividades para sujeitos polivalentes, terceirização, consultoria ou subcontratação com vínculos precários, ou temporários. Além disso, Cesar (1998) salienta que com as demissões, os assistentes sociais, mantidos na empresa, atendem a um enorme contingente de demandas, o que acaba comprometendo a qualidade do exercício profissional;

d) sujeitos à desqualificação: com a exigência da flexibilidade, podem modificar as funções e responsabilidades do assistente social, que passa a assumir novas requisições nem sempre compatíveis com sua função, ou seja, o crescimento da polivalência profissional;

e) a multifuncionalidade: com a ampliação da participação do profissional em trabalhos de equipe, é requisitado ao assistente social, maiores conhecimentos e domínios de diversas áreas, assim como, a absorção de uma maior quantidade de tarefas;

f) os esquemas de controle e aferição do desempenho individual e/ou grupal: pautado no discurso da eficiência, eficácia e adaptabilidade, o assistente

social assim como outros profissionais passa ter seu desempenho controlado através da verificação do cumprimento ou não das metas de seu trabalho.

Para Taborda *et al.* (2015), independente do seu caráter público, privado ou filantrópico, as instituições também são espaços de lutas e disputas hegemônicas. Neste sentido, a hierarquia e as relações de poder aparecem para os assistentes sociais como fatores que limitam o exercício profissional e impactam direta ou indiretamente na relativa autonomia que possuem.

Ao problematizar o tema, Iamamoto (2015) ressalta que o assistente social não detém os meios financeiros, técnicos e humanos à efetivação do trabalho autônomo, dependendo dos recursos das instituições empregadoras para exercer o seu trabalho. “Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2015, p.63).

Nesse contexto, a instituição, enquanto organizadora do processo de trabalho pelo qual o assistente social participa, fornece os meios e recursos para realização do trabalho, além de estabelecer prioridades e interferir na definição de papéis e funções no cotidiano de trabalho. Sobre esse assunto Iamamoto reflete:

Ora, ao vender sua força de trabalho em troca do salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquela a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção (IAMAMOTO, 2015, p.97).

Rachelis (2011), ao problematizar o que ela denomina de autonomia relativa e autonomia controlada, reitera o pensamento de Iamamoto e indica a

importância de problematizar o trabalho do assistente social na entrada do século XXI, concebendo-o como trabalho concreto e abstrato⁹ que é submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

Corroborando com a reflexão de Raichelis, as demandas e requisições de trabalho do assistente social nas empresas serão o tema tratado a seguir.

2.2- O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas: demandas e requisições

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho as mais diversas expressões da questão social, e de acordo com Spricigo (2017) apresenta limites e possibilidades para o enfrentamento das mesmas a partir das competências teórico-metodológicas, técnica-operativas e ético-políticas no sentido de refletir, construir e articular coletivamente estratégias de emancipação da classe trabalhadora.

Sobre o objeto de trabalho do assistente social, Marilda Iamamoto faz a seguinte reflexão:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 28).

⁹ Trabalho concreto é aquele dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico que cria o valor das mercadorias. Trabalho abstrato é a propriedade adquirida ao trabalho concreto que cria valor de troca as mercadorias.

No âmbito empresarial, esse objeto de trabalho não difere, o assistente social atua no atendimento das expressões da questão social vivenciada pela classe trabalhadora e sua família, manifestadas pelo processo de exploração do trabalhador. Ao longo de suas discussões, Freire elucida que esses espaços ocupacionais têm apresentado ações voltadas a: “administração da assistência, o da orientação individual de situações singulares, o da análise social, grupal, o institucional (organizacional), o comunitário e o societário” (FREIRE, 2016, p. 81).

Avançando nas reflexões, Gurgel (2017) elucida que a atuação dos assistentes sociais nas empresas encontra respaldo em uma relação de poder, em que, por um lado, esses profissionais têm por dever atender às necessidades do capital e, por outro, oferecer os mínimos sociais à classe trabalhadora, bem como à sua família.

Essa premissa aponta o que foi refletido por Mota (1985), a correlação de forças está presente no momento em que a empresa coloca os serviços sociais como uma necessidade para a manutenção da força de trabalho, em consequência da própria produção.

Nesse sentido, Cesar (1998) considera que nas empresas há uma grande preocupação na redefinição das políticas de recursos humanos, isso porque consiste na implementação de novas modalidades de gestão da força de trabalho a qual se resulta em um novo comportamento produtivo do trabalhador, baseado no envolvimento do mesmo com os objetivos da empresa.

Aponta-se que com o processo da reestruturação produtiva, ocorre um deslocamento do Serviço Social para a área de recursos humanos, especificamente na esfera da assessoria gerencial e na criação do clima social¹⁰. O assistente social, em geral, atua no setor de recursos humanos, já que são

¹⁰ Conhecido também por clima organizacional, é determinado segundo McClelland (1972) pelos estilos de liderança e administração, bem como pela estrutura organizacional, contribuindo para moldar o comportamento dos indivíduos na organização empresarial.

raras as empresas que contam com um setor específico do Serviço Social. “Esta área, tem sua razão de ser consolidada no gerenciamento “científico” da força de trabalho mediante um padrão de eficiência” (FRIEDMANN 1972 apud MOTA, 1985, p.66).

O assistente social entra na empresa compondo a equipe técnica de recursos humanos, o que de acordo com Mota (1985) substitui o trabalho improvisado e empírico realizado por funcionários administrativos. Em conformidade com a autora, Cesar (1998) reflete a inserção do assistente social no setor de recursos humanos da seguinte maneira:

O assistente social pelo reconhecimento de seu trabalho integrativo, é requisitado a atuar na área de RH para satisfazer “necessidades humanas”, contribuindo para a formação da sociabilidade do trabalhador de modo a colaborar na formação de um comportamento produtivo compatível as atuais exigências das empresas (CESAR, 1998, p.126).

Paralelamente a esse processo, lamamoto (2015) afirma que na atualidade, ocorre uma ampliação das demandas: atuação dos assistentes sociais nos Círculos de Controle de Qualidade – CCQ¹¹ em equipes interprofissionais, nos Programas de Qualidade Total¹². Para a mesma autora, no tocante à qualidade do produto, é imprescindível a adesão dos trabalhadores às metas empresariais da produtividade, sendo relevante, paralelo ao discurso de valorização do trabalhador, os chamamentos à participação, o discurso da qualidade, da parceria e da cooperação.

Discorrendo especificamente sobre os Programas de Qualidade Total, Cesar afirma que: “a execução de programas assistenciais, tendo por base uma ação educativa, é considerada como a função técnica, por excelência, do

¹¹ Círculo de Controle da Qualidade é um pequeno grupo formado por pessoas da mesma área de trabalho e nível hierárquico ou por funcionários de diferentes áreas e níveis hierárquicos, que se reúnem voluntariamente e com regularidade para identificar, analisar e propor soluções para problemas de qualidade e de produção.

¹² São programas pautados em uma técnica de administração multidisciplinar, aplicadas no controle do processo de produção das empresas, para obter bens e serviços com melhor qualidade, com objetivo de atender as exigências e a satisfação dos clientes.

assistente social, nas empresas” (CESAR, 1998, p.140). Também há que se considerar que constituem como competências do assistente social, elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos. Nesse sentido, nas empresas de acordo com Amaral e Cesar (2009) são destacados os seguintes programas:

- Programa de Treinamento e Desenvolvimento – diz respeito a adequação do funcionamento do mercado interno de trabalho e a requalificação da força de trabalho requerida pelos novos métodos de produção;
- Programas Participativos – pautam-se na gestão da qualidade total, cujo pressuposto é o da satisfação das necessidades dos clientes externos e internos das organizações.
- Programa de Qualidade de Vida – relaciona-se aos objetivos das empresas de aumentarem a produtividade pautada nas necessidades de “bem-estar” dos trabalhadores.
- Programa de Clima ou Ambiência Organizacional – relaciona-se aos fatores do “ambiente de trabalho” que afetam o comportamento produtivo. Nas empresas, o clima organizacional se refere a relação existente entre organização do trabalho, satisfação e desempenho.
- Programa de Dependência Química – “relacionados à conjuntura externa e interna da relação do trabalhador com o trabalho e a própria vida, juntamente com a disseminação das drogas numa proporção crescente. [...]” (FREIRE, 2016, p. 87).
- Programa de Preparação para Aposentadoria – de acordo com Freire (2016) esse programa relaciona-se a demanda do enfrentamento do fator envelhecimento da força de trabalho frente a questão de desenvolvimento de novas tecnologias poupadoras da mão de obra.

Corroborando com o discurso da Qualidade Total, Cesar (1998) reflete que tal discurso reatualiza, também, os processos de despolitização o qual

objetiva acirrar o individualismo e homogeneizar os interesses. Nesse sentido, Freire (2016) elucida que nas empresas, esses programas se apresentam com tendência a ser despolitizador e anulador do trabalhador como sujeito político. Importa aqui destacar, que o assistente social como trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, também é submetido aos programas de treinamentos das empresas, sejam eles técnicos ou comportamentais, isso, para a figuração de um dado perfil profissional.

Outro campo importante de atuação do assistente social nas empresas é a administração de benefícios sociais. O trabalho do assistente social se faz necessário nesse campo, a partir do momento que alguns benefícios estipulam diferentes critérios de elegibilidade. Para Cardoso e Francisco (1998), o plano de saúde é um prático exemplo. Todos os funcionários têm direito a esse benefício, porém a posição do empregado na hierarquia e na estrutura da remuneração que definirá a “opção” do plano de saúde.

Esses mesmos autores, ressaltam a força compensatória que esses benefícios, conhecidos também como salários indiretos¹³, exercem diante a situação de defasagem salarial. Os salários indiretos funcionam como uma mola propulsora em torno das metas de produção e qualidade da empresa. Por serem benefícios acordados entre empresa e sindicatos, as políticas empresariais tendem a vinculá-lo ao cumprimento de metas, seja de forma individual ou coletiva.

Destacamos aqui um detalhe importante sobre os salários indiretos, é a configuração de não agregamento de valor ao salário dos empregados. Pode se dizer que esse processo ocorre em meio a ausência do Estado com a retração das coberturas públicas e o corte nos direitos sociais, o que leva a transferência da responsabilidade da proteção social para as empresas, que se

¹³ A denominação salário indireto refere-se a uma forma complementar do salário que é legalmente obrigatório, sendo definido pelos vários benefícios acordados entre sindicato e empresa que são concedidos aos funcionários, tais como: plano de saúde e odontológico, auxílio-creche, bolsas de estudos, vale-alimentação. Diante de um contexto de defasagem salarial, os salários indiretos funcionam como mecanismos de motivação para o comprometimento dos funcionários com a produtividade e qualidade.

retroalimentam pelo Estado, objetivando a subordinação do trabalhador a disciplina fabril.

Sobre esse assunto partilhamos da reflexão de Mota (1985), a empresa se apropria ideologicamente desses benefícios, definindo-os não como parte do salário devido e não pago, mas como ajuda a situação de carência do trabalhador, e ainda mais, na escamoteação da super exploração da força de trabalho, concretizada nos baixos salários.

O assessoramento as gerências também se configuram como uma demanda de trabalho ao assistente social nas empresas capitalistas. Para Cesar, “é possível perceber a singularidade dos novos papéis que o Serviço Social exerce como é o caso do assessoramento às chefias no trato de questões que extrapolam o âmbito fabril” (CESAR, 1998, p.126). Para a autora:

[...] no momento atual, marcado pela multifuncionalidade e horizontalização, as atividades do Serviço Social aproximam-se, cada vez mais, da função gerencial. O Serviço Social, como os demais segmentos da área de recursos humanos, vem assumindo o papel de assessoramento dos gerentes, para que estes possam melhor “administrar pessoas”, propiciando confiabilidade, amizade, aprendizado, crescimento e satisfação de seus “colaboradores”, que são requisitos da gerência, nas empresas. (CESAR, 1998, p.128).

Para essa autora, esse contexto aponta para uma significativa mudança do trabalho do Serviço Social nas empresas. Primeiramente porque o profissional afasta-se de um contato direto com a classe trabalhadora, e segundo pela apropriação e manipulação do saber profissional pelas gerências. “As novas formas de gerenciamento, neste sentido, inflexionam não apenas o conteúdo, mas o papel que o Serviço Social historicamente desempenhou, no interior das empresas” (CESAR, 1998, p.129). “Na atualidade, a forma ‘de ser no trabalho’ do assistente social é marcada por um cenário, no qual coexistem formas arcaicas e modernas de trabalho” (AMARAL; CESAR, 2009, p.15).

Outra premissa importante que concerne ao trabalho do assistente social na empresa é o caráter educativo e orientador. Há autores que se referem à

“dimensão pedagógica” do Serviço Social. Sobre esse assunto, Martins (2013) afirma que a dimensão pedagógica do assistente social se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras de cultura, o que para as classes subalternas, cumpre o papel de organizar o processo de classe para si, no qual conquista sua própria consciência, se opondo a ordem do capital.

Paralelamente ao aspecto das práticas educativas formadoras de cultura, elucidamos a vinculação da dimensão pedagógica com a requisição potencial dos trabalhadores, ou seja, uma contribuição relevante na constituição de um espaço político que possibilita o questionamento e a transformação da ordem societária. Neste sentido, Conceição considera que:

A ação educativa do Serviço Social, quando pensada numa perspectiva que desmistifique a ideologia dominante e resgate e sistematize o potencial existente no cotidiano da classe trabalhadora por meio da crítica ao senso comum, torna-se um novo caminho a ser percorrido na busca pela superação e transformação (CONCEIÇÃO, 2010, p. 8).

Importa salientar que a dimensão pedagógica do Serviço Social pode vir atender também as necessidades do capitalismo, o que configura na manutenção da atual ordem econômica. Corroborando com a discussão, Cesar (1998) afirma que o discurso empresarial enfatiza a qualificação, as múltiplas competências, a adaptabilidade, a participação e o envolvimento, justificando a adoção de padrões mais rígidos de controle e desempenho do trabalhador, contexto que vem atrelado a dimensão pedagógica propagada pelo assistente social da participação para o ajustamento. “Na confluência destas práticas criam-se as condições necessárias para persuadir o trabalhador a dar o máximo de sua capacidade psicofísica” (CESAR, 1998, p.119). Para essa autora, nessa ótica é possível constatar um conjunto de iniciativas da empresa que apontam para novas formas de:

a) consumo da força de trabalho: relacionadas a introdução da polivalência e da multifuncionalidade. As empresas substituem a eletromecânica pela eletrônica, o que exige uma maior qualificação dos trabalhadores,

investindo-as em treinamento para elevar os níveis de escolaridade da força de trabalho. Relaciona-se também a intensificação da produtividade e da precarização do trabalho;

b) controle da força de trabalho: estratégia associada aos incentivos que passam a compor o sistema de remuneração, condicionando a geração de resultados;

c) reprodução material da força de trabalho: estão inscritas as políticas de benefícios oferecidos pela empresa ou reguladas pelo Estado, que passa a vincular-se estreitamente com a natureza de contrato de trabalho, com isso reforçando a dependência dos trabalhadores e intensificado a sua subordinação a disciplina fabril;

d) reprodução espiritual da força de trabalho: processo de “aculturação” dos empregados, a qual é desenvolvida de forma ideológica. Esta pressupõe uma “moral de envolvimento” para que assim, gere um comportamento produtivo dos empregados os adequando aos novos métodos de produção. Nesse mecanismo é comum permear o discurso do “colaboracionismo”, termo utilizado para retirar a ideia de exploração, fazendo que assim os empregados sintam-se “pertencentes” a empresa.

Sobre essas premissas apontadas, identifica-se a relação do assistente social com esses mecanismos, quando este utiliza as políticas de recursos humanos como instrumento de trabalho, ou seja, como objeto de intervenção para atendimento das diversas demandas dos empregados.

Conforme referencia Freire (2016), é exercendo o papel de mediador das relações empregado-empresa que o assistente social intervém na reprodução material e espiritual da força de trabalho, por meio da prestação de serviços e da orientação sobre um determinado modo de ser, sentir, pensar e agir, em relação ao trabalho, a sociedade e a vida. As colocações da autora conduzem a uma percepção que o assistente social “atende plenamente às exigências da empresa, cujo interesse maior é, sem dúvida, a manutenção da desigualdade como condição de dominação” (MOTA, 1985, p.116-117). Dessa forma,

afirmamos ser preciso legitimar o compromisso do assistente social com a classe trabalhadora e seus direitos, para que seu trabalho seja realizado na perspectiva da viabilização de direitos e da justiça social.

Moraes *et al.* (2015) destacam que fundamentados pelo projeto ético político, cabe ao assistente social na construção do trabalho, ter segurança de seus princípios e competências para negociar com os empregadores e propor projetos que ampliem os direitos dos usuários.

A esse respeito, Iamamoto (2015) elucida que a centralidade do trabalho político ideológico do assistente social que, mesmo que atravessado por tensões e interesses de classes, possibilita direcionar suas ações para efetivação de direitos e construção da cidadania. No entanto, este direcionamento é distinto daqueles esperados por seus empregadores, que objetivam cristalizar formas de controle, ordenamento e harmonia institucional.

Neste sentido, o assistente social deve, a partir de uma visão crítica sobre a realidade em que atua extrapolar as rotinas institucionais e o cumprimento de atividades burocráticas. Sobre esse assunto, Amaral e Cesar refletem da seguinte forma:

[...] é possível direcionar o exercício profissional para os interesses fundamentais dos trabalhadores, em contraposição aos interesses de lucratividade e rentabilidade dos empresários no circuito da reestruturação capitalista, trabalhando o campo de mediações presentes na ordem burguesa, necessário a identificação de estratégias de ação que se articulem ao projeto ético-político da profissão (AMARAL; CESAR, 2009, p.18).

Considerando a importância do trabalho pautado no projeto ético-político profissional (PEP) e articulado com outros documentos normativos da profissão, no próximo subitem vamos abordar sobre uma proposta de trabalho do assistente social na empresa privada frente ao projeto ético-político profissional, ou seja, uma proposta de trabalho diferente daquela prevista pela atual ordem societária. Consideramos importante ressaltar esse aspecto porque sabemos

que o PEP tem uma perspectiva de ruptura com as teorias neoliberais, além de contribuir para um processo social nos princípios de igualdade, justiça social e construção de uma nova ordem societária, o que na política empresarial se faz pouco presente.

2.2.1- Uma proposta de trabalho frente ao Projeto Ético-Político Profissional

“Tudo é considerado impossível, até acontecer” – Nelson Mandela

Partilhando do que afirma Piana (2009), às duas últimas décadas do século XX foram determinantes nos novos rumos acadêmicos, políticos e profissionais para o Serviço Social, esse período marca no país o desenvolvimento da profissão através da recusa e da crítica do conservadorismo profissional. “[...] o Projeto Ético-Político do Serviço Social, fruto de uma organização coletiva e de uma busca de maturidade que possibilita a profissão a formular respostas qualificadas frente a questão social” (PIANA, 2009, p.102).

Iamamoto (2009), no Serviço Social na cena contemporânea, afirma que o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos inspirado na tradição marxista¹⁴, com valores e princípios éticos humanistas. A autora ainda reflete que o projeto profissional adquiriu materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica.

Importa salientar, ainda de forma breve, sobre o III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais–CBAS, mais conhecido como “Congresso da Virada”, o

¹⁴ Tradição baseada na teoria do filósofo Karl Marx, o qual foi um pensador sobre os elementos fundamentais do capitalismo, como: trabalho, mais-valia, mercadoria, acumulação, valor.

qual tem relevante significado no processo de construção do projeto ético-político profissional, o que para Netto (2009), operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais aconteceu na cidade de São Paulo no ano de 1979, e representou de acordo com Silva *et al.* (2016) a virada de um posicionamento de compromisso profissional com as lutas sociais e a organização política da classe trabalhadora. Esse congresso foi um marco na história do Serviço Social no país, a partir dele que se incorporou o referencial marxista, a produção de análise teóricas e perspectivas críticas, além de uma maturidade teórica.

Ao avançarmos a discussão sobre o projeto ético-político, Silva (2015) reflete que o profissional de Serviço Social que tem o referido projeto como principal orientador de sua atuação, é capaz de reconhecer as contradições inscritas nessa sociedade, assim como as desigualdades por ela gerada, além de definir sob quais valores e princípios está pautado seu exercício profissional.

No tocante ao trabalho do assistente social na empresa frente ao projeto ético-político, faz-se necessário fomentar o debate de um trabalho não tradicional, o que nos dizeres de Mota (1985) diz respeito a uma prática não tradicional, ou seja, um trabalho que se propõe a uma postura política, uma ação para a defesa dos interesses dos trabalhadores, ainda mais, uma ação que colabore para a construção de um mesmo projeto de classe.

Silva (2015) nos aponta que para atuar no setor de recursos humanos, o assistente social precisa estar atento às novas exigências do mercado, sem perder de vista a formação profissional crítica, resultado da luta da vanguarda do Serviço Social, pois, o empregador deseja do assistente social apenas sua atuação interventiva, o que pode levar o profissional executar suas atribuições de forma acrítica.

Assim como outros espaços sócios ocupacionais, as unidades de RH, também se apresentam enquanto espaços polarizados por interesses diversos, por classes e atores sociais que disputam o poder, na luta pela hegemonia. É, mesmo, neste espaço de atuação que coexistem limitações e avanços que ora contribuem e ora retraem o exercício profissional fundado no projeto ético-político, comprometido com os intentos da classe trabalhadora (SILVA, 2015, p.67).

Corroborando com a discussão, Barroco (2011) afirma que nas instituições de ideologia neoconservadora, o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, não favorecendo atitudes críticas e posicionamentos políticos. A autora ainda reflete que, a reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a respostas pragmáticas e irracionais.

Marilda lamamoto (2009) ao longo de suas discussões afirma que o exercício da profissão na perspectiva do projeto ético-político exige um profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição, seus projetos e suas atribuições profissionais. É preciso ir além do cumprimento de tarefas burocráticas, ir além das rotinas institucionais para buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades. Sabemos que grandes são os desafios enfrentados pela categoria, mas é necessário desempenhar as ações tendo em vista as dimensões éticas e políticas da profissão.

Nesse sentido, Silva *et al.* (2016) considera que a formação do assistente social está indissociável do seu projeto ético-político, pois é necessário que o profissional repense seu trabalho assim como suas atribuições, portanto, sendo necessário a recusa da neutralidade no trabalho profissional.

Outro aspecto importante sobre a proposta de trabalho do assistente social na empresa sob a perspectiva do projeto ético-político é o potencial negador do trabalhador. Sobre esse assunto podemos afirmar que se trata do potencial que os trabalhadores têm de se desenvolverem numa lógica contra

hegemonia, contrapondo-se às exigências e ao tratamento dado pelas empresas.

Mota (1985) nas determinações do Serviço Social na empresa, conduz sua reflexão a uma percepção de possibilidade de construção de uma ideologia no avanço da luta política em busca de uma transformação, onde o trabalhador pode ter uma consciência questionadora da ordem social estabelecida.

Em conformidade com Mota, Silva (2015) nos aponta que muitas vezes os limites e desafios parecem intransponíveis e complexos quando o olhar do profissional se detém apenas as demandas que as instituições empregadoras definem. Entretanto, é sob um olhar atento às contradições da sociedade capitalista, munidas de competência profissional que nas unidades de recursos humanos o projeto ético-político fundamentará o exercício profissional dos assistentes sociais. É preciso descortinar as mediações camufladas no plano empírico, onde a intervenção profissional além de dar respostas às demandas institucionais construirá ações profissionais pautadas nos princípios que norteiam o projeto ético-político.

Boschetti (2009) traz relevante contribuição ao discutir o tema em “Trinta Anos de Projeto Ético Político Profissional e os Desafios das Entidades”. Para a autora, no tempo presente é urgente e necessário analisar com criticidade e totalidade a realidade em que os assistentes sociais trabalham, na perspectiva de compreender as múltiplas e complexas determinações das relações sociais. Mais do que nunca é preciso fortalecer as articulações com movimentos sociais da classe trabalhadora e assim construir formas de lutar contra a desigualdade, em defesa dos direitos. É preciso acreditar no projeto ético-político profissional, além de tecer diariamente as condições para materializá-lo.

O que intentamos reafirmar aqui, é que preservar e consolidar o projeto ético-político é um desafio e tarefa de todos os profissionais de Serviço Social. Conforme exposto nesse estudo, o processo de reestruturação produtiva afetou as condições objetivas de trabalho do assistente social no setor empresarial, de

forma a precarizar e redirecionar suas funções. De acordo com Cesar (1998) os profissionais de Serviço Social enfrentam muitas dificuldades e limitações para conduzir seu trabalho, assegurar sua legitimidade, manter seus postos de trabalho, responder às exigências das empresas e definir seus objetivos profissionais.

Sabemos que o exercício da profissão na atualidade é sob grandes desafios, mas é preciso estar atento às demandas, às exigências impostas ao Serviço Social. Conforme nos aponta Faleiros (2006), não podemos perder a capacidade de crítica. Se quisermos viver a contemporaneidade com consciência em si, é preciso um reencontro constante com a crítica.

Faz-se indispensável o compromisso com a classe trabalhadora, pois, diante distintos projetos societários, o projeto ético-político norteará o assistente social por princípios basilares¹⁵ preconizados no Código de Ética Profissional que contribuirá para adensar a proposta de trabalho na empresa em favor da

¹⁵ Princípios fundamentais da profissão estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social (1993): I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

liberdade, da socialização da riqueza, da justiça social, e da construção de uma nova ordem societária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre a transição do sistema feudalista para o modo de produção capitalista, que tem na acumulação a sua principal característica, a qual é intermediada pelo processo de exploração do trabalhador, pela produção de mais-valia, bem como pela produção de mercadorias que delinea as relações sociais na atual sociedade capitalista.

Ao dissertarmos sobre a crise estrutural do capital, ocorrida em meados da década de 1970, afirmamos ser nesse período que surge o processo de reestruturação produtiva, que atinge o mundo do trabalho de forma a precarizar e degradar as relações de trabalho de várias categorias, inclusive a dos assistentes sociais, que tiveram suas condições de trabalho diretamente afetadas com contratos de trabalhos temporários, trabalhadores sem carteiras assinadas e com vínculos empregatícios precários.

Percebemos através do estudo realizado que a requisição dos assistentes sociais no âmbito empresarial relaciona-se aos serviços sociais ofertados pelas empresas, e ao trabalho educativo desenvolvido por tal profissional com os empregados e seus familiares. Como forma de garantir a manutenção da força de trabalho do seu efetivo, a instituição empresarial dispõe de alguns serviços sociais baseando-se na lógica do envolvimento e do disciplinamento dos seus trabalhadores com as metas de produção e qualidade da empresa, além da prevenção de problemas sociais.

É diante essa circunstância que o assistente social é requisitado para atuar, pois, para a instituição empregadora ele é visto como um mediador das relações empregado-empresa, mas, na verdade, é um profissional contratado para atender plenamente os seus interesses, da ordem vigente do capital.

Neste contexto, observamos as metamorfoses sofridas nas demandas de trabalho do assistente social nas empresas, tais como: o assessoramento de gerências, atuação nos círculos de controle de qualidade e em programas de qualidade total. Assim, o que vem acontecendo nas empresas é uma mudança no trabalho do assistente social, pois, com sua atuação voltada a essas novas demandas o contato direto com a classe trabalhadora conhecida também como “chão de fábrica”, fica cada vez mais afastada, tendendo ocasionar na despolitização desses trabalhadores, o que é tão objetivado pela lógica empresarial.

Evidenciamos que o Serviço Social inserido nas empresas está sob um cenário de jogos de poder, forte hierarquização, permeados de conflitos e grandes lutas. Os obstáculos são muitos, mas ainda assim, acreditamos que seja possível direcionar a atuação profissional nas empresas capitalistas na perspectiva do projeto ético político profissional.

O assistente social ao definir o Código de Ética e o projeto ético-político profissional como eixos orientadores de sua atuação profissional, se posiciona em favor da classe historicamente subalternizada, a classe trabalhadora. O trabalho do profissional de Serviço Social nesse espaço ocupacional deve sempre ser pensado em ações para viabilização e ampliação dos direitos dessa classe, melhores condições de trabalho e também na ampliação da consciência política desses trabalhadores.

Nas empresas capitalistas, o assistente social busca estratégias político-profissionais para criar condições para um exercício profissional na perspectiva da liberdade, além do rompimento de práticas conservadoras de forma tuteladas, pois, ainda é reconhecido como um profissional do cuidado, da ajuda.

É sabido que o assistente social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho e enquanto trabalhador assalariado, estar suscetível as mais variadas requisições e moldes instituídos pelas empresas contratantes, tendo ainda sua autonomia bem controlada para interferir em determinadas situações. Frente

isso, faz-se necessário que tal profissional seja imbuído de suas competências profissionais, e de criticidade, para que dessa forma, mude a dinamicidade do seu trabalho e siga em um processo de conquista da relativa autonomia profissional.

A materialização de uma atuação profissional atrelada ao projeto ético-político nas empresas capitalistas é um grande desafio a ser enfrentado nessa conjuntura neoliberal e de regressão de direitos. É necessário o desenvolvimento de um trabalho sem neutralidade, e que vá além do que é instituído ao profissional, tendo como principais balizadores a justiça social, a construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, e sem perder de vista o compromisso ético profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Mônica de Jesus. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. 2009. Disponível em <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/G2cm832r29W2oX2IHY6P.pdf>>. Acesso em 04 de mar de 2020.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.34, n.1, p211-239, jan/abr.2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.106, p.205-218, abr/jun. 2011.

BASTOS, Remo Moreira Brito. **Capitalismo e Crise: o banco mundial e a educação como aparelho ideológico na periferia capitalista**. Fortaleza: UFCE, 2014. 151p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BATISTELA, Cristiane Silva. **A atuação do serviço social na empresa brasileira de correios e telégrafos DR/SC: desafios e perspectivas do trabalho profissional**. Florianópolis: UFSC, 2007.95 p. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Trinta Anos de Projeto Ético Político Profissional e o Desafio das Entidades**. Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 30 de jul de 2020.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social**: Lei n.8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CARDOSO, Isabel Cristina C.; FRANCISCO, Elaine Marlova V. **Velhas moedas com novo valor: remuneração e benefícios na moderna empresa capitalista.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998. P73-96.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.118, p.239-264, abr/jun.2014.

CESAR, Mônica de Jesus. **Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-148.

COGGIOLA, Osvaldo. **Da Revolução Industrial ao Movimento Operário: As origens do mundo contemporâneo.** São Paulo, 2015. Disponível em <https://www.academia.edu/8620547/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial_e_Movimento_Oper%C3%A1rio>. Acesso em 30 de mar de 2020.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, 2016, Olinda. **A construção de um Serviço Social ético e político.** Olinda: CBAS, 2016. .

COSTA, Renata Gomes da. A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético- Político na sociedade capitalista. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.13, n. 2, p. 366-378, jul/dez. 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no mundo contemporâneo.** In: FREIRE, Lucia M.B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Org.). Serviço Social, Política Social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 23-44.

FERREIRA, Bruno Sarmento. **Superestrutura, direito e ideologia: uma relação dialética, sistêmica e auto poética.** Campina Grande: UFPB, 2014. 26p. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Graduação em Direito, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

FERREIRA, Emmanoel, et al. A Revolução Burguesa no Brasil: um esboço de uma crítica. **Revista LABOR**, n. 15, v. 1, 2016.

FERRO, José Roberto; GRANDE, Márcia Mazzeo. Círculos de Controle da Qualidade no Brasil: sobrevivendo ao “modismo”. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.37, n.4, p.78-88, out/dez. 1997.

FIGUEIREDO, Joseane Gomes. **Desigualdade Social e Capitalismo**: os limites da igualdade sob a ordem burguesa. São Luís: 2013. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo4-desigualdadessociaisepoliticaspUBLICAS/desigualdadesocialecapitalismo-oslimitesdaigualdadesobaordemburguesa.pdf>>. Acesso em 22 de fev de 2020.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.101, p.40-64. Jan/mar. 2010.

FREIRE, Lúcia Maria de B. **O Serviço Social na Reestruturação Produtiva**: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2016.

GOMES, Francisco Rodrigues. Clima Organizacional: Um estudo em uma empresa de telecomunicações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 95-103, abr/jun.2002.

GONÇALVES, Nathan da Cunha. **A classe operária vai á escola**: trabalhadores e escola pública no Brasil na primeira república (1989-1930). Volta Redonda: FOA, 2019. 106p. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Graduação de Serviço Social, Fundação Oswaldo Aranha, Volta Redonda. 2019.

GURGEL, Ferdinanda Fernandes. **Serviço Social e Responsabilidade Social**: uma análise do conhecimento fomentado nos cursos presenciais do Rio Grande do Norte. Mossoró: UFRSA, 2017.111p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal Rural do Semi- Árido, Mossoró, 2017.

HILTON, Rodney et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**: um debate. 'Tradução por' Isabel Didonnet. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. 2009. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>>. Acesso em 27 de jul de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KAPRON, Rafael Antônio. **Economia Capitalista e Sociedade do Trabalho no Brasil Contemporâneo**. Santa Maria, RS: UFSM, 2007. 82p. Monografia (Pós-Graduação) – Curso de Pós-Graduação em Pensamento político Brasileiro, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria RS, 2007.

LARA, Ricardo. Contribuições acerca de acumulação do capital. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, v. 2, n. 4, jul. 2006.

LIMA, Rômulo André. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. **Leituras de Economia Política**, Campinas, p. 87-110, jun. 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, p.37-45, 2007.

MARCONSIN, Cleier; FORTI, Valéria; MARCONSIN, Adauto F. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: debatendo a flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil. **Serviço Social Revista**, Londrina, v.14, n.2, p.23-46, jan/jun. 2012.

MARTINS, Fillipe Perantoni. **Serviço Social e Perfis Pedagógicos: elementos para uma análise crítica**. 2013. Trabalho apresentado ao 3 Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2013.

MEIRELLES, Giselle Ávila de. Serviço Social e “Questão Social”: fundamentos teóricos e análise contemporânea. **Serviço Social Revista**, Londrina, v.19, n.2, p.110-123, jan/jul.2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MORAES, Sâmia Bessa de; *et al.* **A efetivação do Serviço Social na empresa: cotidiano e desafios profissionais**. 2015. Trabalho apresentado á 8 Jornada internacional de Políticas Públicas, maranhão, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa**. São Paulo: Cortez, 1985.

MUNDO HISTÓRIA. **Brasil República**. Disponível em <<https://www.mundoedu.com.br/uploads/pdf/5470b42831d37.pdf>>. Acesso em: 18 de abr de 2020.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.84, p.21-36, nov. 2005.

NETTO, José Paulo. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. In:_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 2011. Cap. 1, p19-81.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **III CBAS: Algumas Referências para a sua contextualização**. Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 30 de jul de 2020.

OLIVEIRA, Edistia Maria A. P; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.128, p.143-163, jan/abr. 2017.

PEREIRA, Alexandre Macedo; et al. O sentido do trabalho no contexto da crise estrutural do capital. **Revista Brasileira de estudos Latino-Americanos**, v.6, n.2.mai/ag0. 2016.

PIANA, Maria Cristina. **O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>>. Acesso em: 23 de jul de 2020.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p.420-437, jul/set. 2011.

SCHMITZ, Andreia. **Responsabilidade Social e Qualidade de Vida: considerações sobre o Serviço Social em empresas**. Florianópolis: UFSC, 2007. 66p. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SEIXAS, Selma Sérgio Andrade. **As expressões do projeto ético-político profissional do Serviço Social e as particularidades do trabalho em empresa privada**. Recife: UFPE, 2007. 123p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Anália Barbosa da; *et al.* **O Serviço Social no Brasil: das origens a renovação ou o “fim” do “início”**. 2016. Trabalho apresentado ao 4 Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Kelly Aurélia da. **O exercício profissional do assistente social inserido nas unidades de RH das instituições públicas de Pernambuco, sediadas em Recife, no contexto da contrarreforma do Estado Brasileiro**. Recife: UFPE, 2015. 101p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Mossicléia Mendes da. **Reestruturação Produtiva: um ataque ao trabalho**. 2011. Trabalho apresentado a 5 Jornada de Políticas Públicas, Maranhão, 2011.

SILVA, Ticiane Rosa. **O Processo de Renovação do Serviço Social mediante a autocracia burguesa**. 2017. Trabalho apresentado ao 2 Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, Santa Catarina, 2017.

TABORDA, Elis; *et al.* **A autonomia relativa no exercício profissional do assistente social**. 2015. Trabalho apresentado ao Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, 2015.